

ACEF/2122/0504137 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

António Pedro Mesquita
Edmundo Manuel P. Balsemão Pires
Nuria Sánchez Madrid
Diana dos Santos

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Universidade Da Beira Interior

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Faculdade de Artes e Letras (UBI)

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Filosofia

1.4. Grau:

Doutor

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (n.º e data):

1.5. DR 11 Dezembro 2017.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Filosofia

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

226

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

NA

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

NA

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

3 anos / 6 semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

10

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

NA

1.11. Condições específicas de ingresso.

De acordo com o Artigo 2.º do Regulamento do Grau de Doutor da Universidade da Beira Interior - alteração (Despacho N.º 8735/2019, publicado em Diário da República, Segunda Série, N.º 189, 2 de outubro de 2019) e o Regulamento do Grau de Doutor em Filosofia, aprovado pela Comissão de

Curso, podem candidatar-se ao Curso de Doutoramento em Filosofia: a) Os titulares do grau de mestre em Filosofia ou equivalente legal em áreas afins; b) Os titulares de grau de licenciado em Filosofia ou áreas afins, detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante, que seja reconhecido pela Comissão Científica do Curso como atestando capacidade para a realização do ciclo de estudos; c) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido pela Comissão Científica do Curso como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

1.12. Regime de funcionamento.

Diurno

1.12.1. Outro:

NA

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

Faculty of Arts and Letters of University of Beira Interior, Covilhã, Portugal.

1.14. Eventuais observações da CAE:

A natureza do curso e a dificuldade, reconhecida pelo próprio relatório, de os estudantes o concluírem na duração prevista justificaria ponderar que esta fosse alargada para 8 semestres.

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

Os membros do corpo docente do curso têm as qualificações académicas necessárias e exigidas para a prática de docência neste nível do ensino superior.

Nem todos são detentores de diplomas académicos em Filosofia, nomeadamente os docentes diplomados na área de Ciências da Comunicação (2/9), mas no registo das publicações destes últimos comprova-se um investimento apropriado em temas filosóficos.

À data do envio do relatório, e de acordo com a informação disponível, entre os docentes contam-se 1 Professor Catedrático, 1 Professor Associado e 7 Professores Auxiliares.

De acordo com os regulamentos da UBI, os docentes são avaliados periodicamente.

As atividades de publicação são regulares. Alguns membros do corpo docente apresentam uma lista de publicações condizente com as temáticas contemporâneas dos seminários da oferta curricular; outros, no entanto, apresentam produção mais focada em autores do pensamento antigo e medieval, traduções de obras clássicas ou temas sobre cultura. O grau de internacionalização das publicações, tal como atestada nas fichas curriculares submetidas, é desigual e, nalguns casos, insatisfatório, e a produção em Filosofia Política e em Ética ainda tem contornos generalistas.

2.6.2. Pontos fortes

1. O corpo docente apresenta uma formação académica e, em geral, uma lista de publicações adequada aos temas do curso, embora o seu grau de internacionalização devesse ser incrementado.
2. O foco em temas gerais de Filosofia Política, a investigação de questões éticas e a orientação fenomenológica comprovam-se nas publicações do corpo docente.

2.6.3. Recomendações de melhoria

1. O equilíbrio entre diferentes categorias da carreira (número de Professores Auxiliares relativamente a Associados e Catedráticos) deveria ser melhorado, com a abertura de concursos de contratação ou promoção.
2. Em sede de distribuição de serviço docente do departamento, poderia aliviar-se a carga dos docentes com responsabilidades na leccionação neste ciclo de estudos. De acordo com a ficha curricular dos docentes inserida em sistema, parece haver alguns com um excessivo número de horas de serviço atribuído.
3. No relatório de auto-avaliação, não são feitas observações sobre as vantagens de participação no curso de professores de fora da UBI na leccionação de tópicos bem identificados. Esta seria uma forma de enriquecer o tratamento de alguns temas e/ou autores com recurso ao conhecimento de especialistas nacionais ou estrangeiros.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à leccionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

Segundo a informação disponibilizada, o curso dispõe de 1 assistente operacional, com a qualificação de 12o ano, e de 5 técnicos superiores, sendo 2 licenciados e 3 mestres. Infere-se que este pessoal não tem trabalho exclusivamente dedicado a este ciclo de estudos, mas é pessoal adstrito à Faculdade em que o curso funciona.

Não tendo acesso ao horário destes funcionários e às tarefas que concretamente desempenham, é apenas tendo em conta o seu número que se admite serem suficientes para dar resposta às solicitações mais comuns do público, dos doutorandos e dos docentes do ciclo de estudos.

3.4.2. Pontos fortes

O número de funcionários afecto às funções administrativas (6 no total) relacionadas com o curso é largamente suficiente.

3.4.3. Recomendações de melhoria

N/A

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Em parte

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

A localização geográfica da Universidade em que o curso está inserido pode trazer oportunidades assim como riscos à evolução positiva da procura estudantil. Pode comportar aspetos favoráveis na medida em que, na região, não há oferta similar. Mas comporta riscos, se atendermos aos fenómenos de deslocalização de pessoas do interior do país para o litoral e as grandes cidades. Estas oscilações são bem conhecidas e estão estudadas.

A evolução da procura do curso não é muito favorável. Das 10 vagas abertas no ano a que se refere o relatório de auto-avaliação na tabela 5.2., resultaram apenas 4 inscritos primeiro ano / primeira vez. No último ano, antes do "ano corrente", também 4 e, no penúltimo ano, apenas 3. Isto verifica-se para 5, 7 e 7 candidaturas admitidas, respetivamente. Quer dizer que se nota não apenas um decréscimo no número de candidaturas admitidas (de 7 para 5), mas também um nível muito baixo de inscrições efetivadas entre o total de candidatos com candidaturas admitidas. Finalmente, o grau de selectividade na admissão, tal como pode ser aferida pelos três anos considerado, é bastante baixo; apenas em um desses anos (o "penúltimo ano") não foram admitidas todas as candidaturas apresentadas.

A tabela 5.2. não apresenta dados sobre média de acesso dos alunos. O sucesso escolar é elevado entre os que terminam as avaliações dos seminários e os que defendem as teses nas respetivas provas públicas, de que se pode inferir uma boa performance escolar, sobretudo nos elementos do corpo discente que chegaram ao fim dos seus estudos. Relativamente aos outros estudantes, é mais difícil ajuizar, nomeadamente porque não se possui informação sobre motivos de abandono escolar e sobre atrasos nas entregas das teses.

A informação quantitativa de que se dispõe sobre abandono escolar refere-se ao ano de 2019/20 disponibilizada no "Relatório anual de curso", tabela da página 6 sobre "Eficiência Formativa", em que se refere uma taxa de abandono de 23,08%. Não há indicações sobre estratégias adoptadas ou a adoptar, pela direção do curso, no sentido de combater o abandono e fixar os estudantes. No ponto 8.2., referem-se, como acções de melhoria a introduzir, o "reforço do acompanhamento dos doutorandos em fase de redacção e de conclusão das teses" e a "flexibilização de modalidades de inscrição / matrícula de maneira a acomodar diferentes ritmos de trabalho de investigação", mas não é indicado como essas intenções irão, ou estão já a ser, concretizadas. A manter-se a situação atual de decréscimo da procura, de abandono escolar e de atrasos nas entregas das teses, a taxa do

número de docentes por aluno tende para a ineficiência.

4.2.2. Pontos fortes

Pontos fortes referentes à orientação do curso para a procura e a sustentabilidade da procura:

1. Tendo em conta a localização geográfica, o curso poderá atrair interessados que vivem na região centro-interior do país com boas qualificações académicas.
2. Os temas dos seminários do curso estão bem formulados, têm interesse social e potencial para atrair público com boas qualificações para além dos limites da região.
3. Em comparação com outra oferta universitária em Portugal, os temas dos seminários e o modo como estão articulados apresenta originalidade. Pode falar-se em nicho de oferta que justifica a procura por um público bem informado.

4.2.3. Recomendações de melhoria

1. No que se refere à sustentabilidade da procura, tendo em vista incrementar a procura do curso e levando em conta as vantagens e desvantagens da localização geográfica da Universidade da Beira Interior, seria avisado desenhar uma revisão do curso de forma a evoluir para modelos híbridos de e-learning, com recurso a meios digitais.
2. Deve rever-se os modelos de divulgação do curso no país e no estrangeiro, de modo a captar-se o interesse de estudantes internacionais.
3. Deve refletir-se sobre as vantagens e desvantagens da alteração da língua de lecionação, eventualmente adoptando o inglês ou um sistema de ensino bilingue, com vista a captar o interesse de públicos de fora do país.
4. A melhoria do desempenho do corpo discente e da sua qualidade pode ser em parte assegurada com a dinamização da unidade curricular "Tese de Doutoramento", no sentido de garantir outros canais de comunicação entre tutores e doutorandos além das reuniões de aconselhamento, como por exemplo planear sessões regulares em que os doutorandos inscritos nesta unidade curricular apresentam, entre pares, os resultados da pesquisa individual.
5. Fórmulas específicas de acompanhamento de estudantes sem formação anterior na área da filosofia devem ser previstas.
6. Seria desejável existir uma maior promoção da investigação, devendo a direcção do curso procurar suscitar a abertura de um número mais significativo de Bolsas de Investigação para alunos do 3o ciclo.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Em parte

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

Da informação veiculada ao tempo do relatório de auto-avaliação, conclui-se que foram apresentadas 3 teses, embora outras estivessem em fase de conclusão ou em vias de serem objeto de apreciação. As condições peculiares em que, durante parte relevante dos três anos considerados, as teses foram preparadas, poderão talvez justificar o número escasso de teses defendidas e concluídas até essa

data.

As classificações obtidas pelos alunos são elevadas. Não há dados para avaliar as estratégias e qualidade do processo de orientação tutorial das teses. Embora as teses sejam objeto de discussão pública por um júri independente, há aspetos da sua preparação que devem ser acautelados tendo em vista evitar o abandono escolar numa fase delicada da evolução dos estudantes.

Relativamente à taxa de aprovação nas unidades curriculares, o "Relatório anual de curso de 2019/20" registava uma aprovação de 100%, o que é, evidentemente, muito positivo. A taxa de abandono apresentada é de 23,08% (ver tabela sobre "Eficiência Formativa" da página 6). Não se encontra uma justificação para a taxa de abandono nem indicação de estratégias concretas para lhe fazer face.

5.3.2. Pontos fortes

1. O aproveitamento escolar nos seminários e as classificações das teses defendidas são indicadores positivos.
2. Os temas e autores expressos nos títulos das teses nem sempre são coincidentes com os temas e autores que constam dos programas das unidades curriculares, o que parece revelar liberdade temática dos estudantes e de orientação por parte dos docentes. No entanto, sendo algo positivo em si mesmo, pode resultar em dificuldades por parte dos estudantes no processo da escrita da tese.
3. O envolvimento dos estudantes nas atividades regulares de investigação e divulgação de resultados da unidade de I&D PRAXIS é um aspeto positivo a salientar, pois vai no sentido de assegurar êxito escolar, embora não existam indicadores claros desse envolvimento em eventos específicos.

5.3.3. Recomendações de melhoria

1. Tendo em consideração o baixo número de teses apresentadas, conviria instituir um sistema de avaliação continua do desenvolvimento das teses de doutoramento, o que seria útil para identificar precocemente problemas susceptíveis de solução. Por outro lado, deveria ser prevista a criação de espaços que permitam aos doutorandos entrar em contacto uns com os outros e manter um tecido de discussão permanente, também em parceria com programas de doutoramento semelhantes.
2. Mesmo tratando-se de uma unidade curricular destinada sobretudo à escrita da tese sob orientação dos supervisores, a unidade curricular "Tese de Doutoramento" carece de caracterização mais detalhada quanto ao seu funcionamento interno e às dinâmicas que são implementadas para manter os estudantes ativos no contexto do programa doutoral e assim combater, tanto quanto possível, a taxa actual de abandono. A organização de um seminário com vários palestrantes internos e externos, com temática diversa, embora afecta ao curso, envolvendo apresentação de resultados parciais das suas investigações, pelos estudantes, seria uma possibilidade de reformulação da referida unidade curricular.
3. Seria desejável sensibilizar a unidade de I&D PRAXIS para serem criadas condições de envolvimento de todos os estudantes de Filosofia, eventualmente criando diferentes grupos de trabalho de acordo com as temáticas do curso.
4. Para além disso, as participações dos estudantes nas atividades da unidade de I&D PRAXIS devem ser registadas mediante emissão de certificados de presença e quantificadas.
5. Como referido anteriormente, a direcção do curso deveria procurar suscitar a abertura de bolsas de investigação para os estudantes de doutoramento.
6. À imagem do que vem sendo realizado em outras universidades, seria interessante auscultar os estudantes deste curso da UBI sobre preferências quanto à organização de jornadas de estudo e de apresentação parcial de resultados antes da conclusão da tese. É mais uma forma de manter os estudantes envolvidos na prática da investigação.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e

artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Sim

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Sim

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Sim

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

De acordo com o relatório de auto-avaliação, os docentes deste ciclo de estudos encontram-se associados às atividades regulares do centro de investigação PRAXIS, sediado na UBI e avaliado com BOM na última avaliação da FCT.

A realização de colóquios, congressos e outras atividades de difusão do conhecimento ocorre, maioritariamente, através do PRAXIS.

Das publicações em elenco nas duas listagens (ver: mapa-resumo das publicações científicas e mapa-resumo de outras publicações relevantes), é possível concluir que os docentes têm, de um modo geral, um número aceitável de publicações e que alguns publicam em revistas e editoras com circulação internacional, embora, como já foi referido, este último aspecto deva ser melhorado, incrementando o número de publicações em inglês e outras línguas e em editoras e revistas de reconhecido impacto. Por outro lado, nota-se que a tendência de base das publicações está voltada para os recursos internos da publicação online (LAB-COM e Lusosofia).

As atividades científicas, artísticas e de desenvolvimento tecnológico em parceria, embora não muito numerosas, estão assinaladas e referem-se a projectos de investigação e/ou transferência envolvendo redes internacionais, com Espanha, por exemplo, com o significado financeiro referido no relatório de auto-avaliação. Algumas das iniciativas terminaram em finais de 2017, mas outras

prosseguiram até 2020.

Além disso, é indicado ainda um conjunto de iniciativas de transferência do conhecimento no contexto da participação dos docentes em actividades em escolas secundárias.

Tendo em conta os dados mencionados, a apreciação global do desempenho dos docentes é positiva.

6.6.2. Pontos fortes

1. A atividade de publicação é regular e consistente.
2. As redes de transferência de conhecimento e o nível indicado de financiamento nas parcerias nacionais e internacionais é razoável.
3. Existe um envolvimento do corpo docente em outras áreas científicas, com a sociedade civil e a comunidade envolvente, bem como participação regular em actividades de escolas secundárias da região.

6.6.3. Recomendações de melhoria

1. Devem realizar-se esforços no sentido de publicar com maior intensidade e regularidade em revistas e editoras internacionais que praticam revisão por pares.
2. À medida que se vai conquistando experiência na publicação internacional, deve prescindir-se dos recursos internos de publicação, por vezes menos rigorosos quanto a critérios de revisão.
3. Na opção por publicar textos com dimensão de artigos deve dar-se preferência a revistas internacionais, indexadas, de quartil elevado, consolidadas nas áreas do doutoramento.
4. Deve procurar realizar-se encontros científicos internacionais (jornadas, congressos, colóquios, seminários) em temas que possam associar as atividades de investigação do PRAXIS e do doutoramento e em que se envolvam docentes, alunos de doutoramento e de pós-doutoramento, com o objetivo de criar uma cultura académica, de potenciar as redes de colaboração nacionais e internacionais e de oferecer maiores oportunidades de mobilidade aos estudantes.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Em parte

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Sim

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Em parte

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

O curso não tem as características de um curso internacional, é de tipo presencial, não foi pensado em rede nem segundo um molde inter-universitário. A lecionação é feita presencialmente, em língua portuguesa, o que logo indica as características linguísticas do público-alvo.

À respetiva data, os dados do relatório de auto-avaliação contabilizam a presença de alunos estrangeiros no curso numa taxa de 42,5 % da composição total dos alunos do curso. A mobilidade docente corresponde a 3,7%.

Embora se possa considerar elevada a taxa de alunos estrangeiros, questiona-se se a sua composição reflete uma grande diversidade de origens nacionais. Partindo do formato do curso, a taxa de

estudantes internacionais alcançada é positiva.

Já não parece tão positiva a taxa de mobilidade docente, incoming e outgoing (3,7%), que é muito baixa. Aparentemente, pouco foi feito no sentido de assegurar programas de "visiting scholars" num sentido como no outro da mobilidade. O período pandémico pode, em parte, explicar esta fragilidade.

7.4.2. Pontos fortes

O curso alcançou uma taxa considerável de alunos internacionais inscritos no período a que se reporta o relatório de auto-avaliação.

7.4.3. Recomendações de melhoria

1. Deveria iniciar-se uma reflexão interna no sentido de perceber se há vantagens estratégicas em se adotar um regime de lecionação híbrida para captar novos públicos.
2. Concomitantemente com 1., conviria refletir sobre vantagens e desvantagens da adoção da língua inglesa para captação de um público internacional proveniente de regiões diferentes das dos países lusófonos, sabendo-se, muito embora, que as estratégias quanto ao uso da língua para captar um desses públicos podem colidir com as estratégias para captar o outro.
3. Deveria evoluir-se para uma política mais consolidada de mobilidade docente com programas de "visiting scholars" outgoing e incoming, nas quais se podem fomentar as redes internacionais já existentes na UBI e criar outras, nomeadamente através de protocolos inter-universitários.
4. A par disso, conviria incrementar a criação de agreements específicos com grupos de pesquisa e departamentos universitários que possam reforçar as atividades científicas do programa.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Sim (passa diretamente ao campo 8.7)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

N/A

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

A UBI é dotada de um "Sistema de Garantia de Qualidade" dos seus cursos. Este sistema tem procurado definir os procedimentos gerais de planeamento estratégico, que envolvem a consulta e auscultação de órgãos consultivos e de governo e dos principais stakeholders da vida universitária (ver pontos 7.1 e 7.2 do relatório de auto-avaliação). Desde 2009, existe uma Pró-Reitoria para a Qualidade e um Gabinete da Qualidade.

A monitorização dos cursos é da competência imediata e directa das direcções de curso e das comissões de curso. As direcções de curso elaboram anualmente um relatório de auto-avaliação. Os Conselhos Científico e Pedagógico das Faculdades têm também uma participação activa nesta monitorização.

Da consulta da documentação, não se inferiu qualquer indício de funcionamento inadequado do controlo da qualidade. Relativamente à avaliação dos docentes, foi possível constatar a existência de um sistema de avaliação de desempenho dos docentes, cumprindo a UBI as obrigações legais. Assim, a avaliação de desempenho está regulamentada no RAD e definida em diploma legal próprio.

8.7.2. Pontos fortes

1. O sistema de controlo e monitorização da qualidade do curso é adequado e está em concordância com as diretivas da UBI e com o sistema global de controlo e monitorização dos cursos ministrados nesta instituição. Eventuais fragilidades do curso não podem, por isso, apontar-se a falhas em mecanismos institucionalizados de auto-observação.
2. Existe um sistema de avaliação de desempenho dos docentes que complementa os mecanismos de avaliação da qualidade e de monitorização do curso.

8.7.3. Recomendações de melhoria

N/A

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

I. Revisão do Plano Curricular

O relatório de follow-up, datado de Fevereiro de 2018, dá nota das alterações ao anterior plano de estudo decorrentes das recomendações da última CAE. Estas alterações já haviam sido plasmadas num novo plano curricular, publicado em Diário da República de 11 de Dezembro de 2017.

A alteração do plano procurou ir ao encontro das condições enunciadas pela CAE, nomeadamente em relação às metas seguintes: (1) reduzir o número de unidades curriculares; (2) clarificar as designações das unidades curriculares; (3) rever as fichas de unidade curricular, designadamente redefinindo a relação entre objectivos e conteúdos programáticos e inserindo bibliografia detallhada e actualizada; (4) atribuir a docência das unidades curriculares a um grupo mais alargado de docentes.

Do exame das fichas das unidades curriculares apresentadas no relatório de follow-up, comprova-se o cumprimento das referidas metas. Adicionalmente, a direcção do curso organizou uma lista de unidades curriculares além do elenco do curso, cuja frequência será aconselhada aos doutorandos que apresentem lacunas na sua formação filosófica.

O atual quadro curricular inclui as unidades curriculares seguintes, todas incluídas na área científica de Filosofia:

Seminário de Filosofia Política I e II (anos 1 e 2 / semestres 1 e 3);

Seminário de Ética e Fenomenologia I e II (anos 1 e 2 / semestres 2 e 4);

Metodologias de Investigação e Projecto (ano 1 / semestre 1);

Projecto de Tese (ano 1 / semestre 2);

Tese de Doutoramento (anos 2 e 3 / anual).

O plano de estudos revisto apresenta agora um número menor de unidades curriculares, com designações mais claras e com novas e mais adequadas fichas, como pretendido pela anterior CAE. No entanto, deve notar-se o seguinte sobre as unidades curriculares "Seminário de Filosofia Política I e II" e "Seminário de Ética e Fenomenologia I e II":

Seminário de Ética e Fenomenologia I: os objetivos e o programa são concordantes e convergentes, embora só a alínea 6 concretize um roteiro pelos temas de Ética e ainda assim visto como um trajeto "da Fenomenologia à Ética".

Seminário de Ética e Fenomenologia II - o primeiro objetivo não é concretizado no programa de um modo evidente, pois os conteúdos programáticos dificilmente se podem considerar situados dentro da Fenomenologia, indo estes desde as perspectivas da Ética antiga até autores da éticas contemporâneas de inspiração diferente da Fenomenologia e nem sempre conciliáveis com esta.

Seminário de Filosofia Política I - Os objetivos a atingir são claros, mas os conteúdos programáticos são demasiado ambiciosos para o tempo disponível e característicos de uma unidade curricular de primeiro ciclo. Os autores a estudar são indicados numa lista de 17 nomes sem critério a não ser o da diferença entre "clássicos" e "contemporâneos". Não há coerência sistemática. A lista de autores a estudar é a mesma do "Seminário de Filosofia Política II".

Seminário de Filosofia Política II - Combinam-se objetivos pedagógico-científicos com objetivos institucionais de um modo vago (veja-se o último objetivo, "promover a articulação entre o trabalho efetuado pelos alunos e as atividades do grupo de Filosofia/LabCom IFP"). Os conteúdos programáticos almejados, nomeadamente o número de autores a estudar (17 nomes), são inexequíveis no espaço de leção de um semestre. Não há coerência sistemática. A lista de autores a estudar é a mesma do "Seminário de Filosofia Política I".

Finalmente, no que toca ao acompanhamento dos estudantes com dificuldades específicas, deveriam ter sido oferecidas evidências da implementação do ponto d) da síntese de medidas de melhoria de Dezembro 2021.

II. Análise SWOT

As propostas de ações de melhoria apresentadas na análise SWOT estabelecem metas viáveis capazes de dar resposta aos pontos fracos detectados. No entanto, não estão, em geral, referidos os indicadores que concretamente permitam aferir da sua efetiva implementação, notando-se a ausência de metas numerais específicas.

No que se refere às várias ações de melhoria, constata-se o objectivo da promoção a categoria superior de um dos docentes do curso, conforme almejado para ultrapassar o segundo ponto fraco. Acerca do terceiro ponto fraco mencionado em 8.1.2. da análise SWOT - "generalidade das teses não é concluída no prazo dos 3 anos letivos do ciclo de estudos" - considera-se que as ações de melhoria correspondentes são vagas, nomeadamente quando se refere como desiderato um "reforço do acompanhamento dos doutorandos". Seria necessário dizer como é que, concretamente, foram prefiguradas as modalidades desse reforço do acompanhamento. Na ausência de concretização, não é viável considerar-se este ponto uma verdadeira ação de melhoria.

Sobre o quarto ponto fraco - "o ciclo de estudos não preenche anualmente todas as vagas de admissão" - a primeira ação de melhoria proposta é vaga, pois não se diz como se vai proceder à "publicitação do ciclo de estudos", além de que, ao indicar-se que essa publicitação poderá ser concretizada em língua portuguesa e/ou inglesa, o tema da língua de leção do próprio curso, factor importante para definir públicos-alvo, fica por esclarecer, o que pode limitar o alcance das estratégias de publicitação em língua diferente do português.

Relativamente ao "incremento" da classificação do PRAXIS, primeiro ponto fraco, esta ultrapassa a capacidade de influência da direção do curso, tal como no que se refere ao aumento do número de bolsiros de pós-doutoramento e do número de candidaturas bem-sucedidas a financiamento de

projectos. Causa, portanto, alguma perplexidade a indicação destas medidas de melhoria, uma vez que, embora tenham relação entre si, unidade de investigação e curso de doutoramento são instituições independentes entre si.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

Da revisão conducente ao actual plano de estudos do curso e reformulação das respetivas unidades curriculares, incluindo novas designações, objetivos e conteúdos programáticos, resultam melhorias, mas com algumas limitações decorrentes do que se disse em 9.1. sobre conteúdos programáticos e a adequação de alguns objetivos de certas unidades curriculares.

Relativamente às medidas de melhoria propostas no relatório de auto-avaliação, em sede de análise SWOT, considera-se que a promoção de um docente dará satisfação, embora limitada, ao desiderato de maior equilíbrio entre as várias categorias da carreira docente. É, no entanto, desejável a continuação das promoções com vista a atingir um ratio concordante com as recomendações legais. Relativamente às medidas de melhoria para os outros pontos fracos (classificação do centro de investigação PRAXIS, teses concluídas além do prazo dos 3 anos, não-preenchimento das vagas abertas para o curso), considera-se que, ou não são da competência da direção de curso deste ciclo de estudos, ou estão formuladas de um modo demasiado vago, não permitindo avaliar como serão implementadas.

Em resumo, nota-se preocupação em colmatar os pontos fracos apresentados na análise SWOT do relatório de auto-avaliação, mas as propostas de melhoria não estão devidamente detalhadas, não sendo clara a sua estratégia de implementação.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

Aplica-se o que se disse anteriormente em 9.1 acerca da proposta de reestruturação curricular.

O atual quadro curricular inclui as unidades curriculares seguintes, todas incluídas na área científica de Filosofia: Seminário de Filosofia Política I e II (anos 1 e 2 / semestres 1 e 3); Seminário de Ética e Fenomenologia I e II (anos 1 e 2 / semestres 2 e 4); Metodologias de Investigação e Projecto (ano 1 / semestre 1); Projecto de Tese (ano 1 / semestre 2); Tese de Doutoramento (anos 2 e 3 / anual).

O plano de estudos revisto apresenta agora um número menor de unidades curriculares, com designações mais claras e com novas e mais adequadas fichas, como pretendido pela anterior CAE. No entanto, deve notar-se o seguinte sobre as unidades curriculares "Seminário de Filosofia Política I e II" e "Seminário de Ética e Fenomenologia I e II":

Seminário de Ética e Fenomenologia I: os objetivos e o programa são concordantes e convergentes, embora só a alínea 6 concretize um roteiro pelos temas de Ética e ainda assim visto como um trajeto "da Fenomenologia à Ética".

Seminário de Ética e Fenomenologia II - o primeiro objetivo não é concretizado no programa de um modo evidente, pois os conteúdos programáticos dificilmente se podem considerar situados dentro da Fenomenologia, indo estes desde as perspectivas da Ética antiga até autores das éticas contemporâneas de inspiração diferente da Fenomenologia e nem sempre conciliáveis com esta.

Seminário de Filosofia Política I - Os objetivos a atingir são claros, mas os conteúdos programáticos são demasiado ambiciosos para o tempo disponível e característicos de uma unidade curricular de primeiro ciclo. Os autores a estudar são indicados numa lista de 17 nomes sem critério a não ser o da diferença entre "clássicos" e "contemporâneos". Não há coerência sistemática. A lista de autores a estudar é a mesma do "Seminário de Filosofia Política II".

Seminário de Filosofia Política II - Combinam-se objetivos pedagógico-científicos com objetivos institucionais de um modo vago (veja-se o último objetivo, "promover a articulação entre o trabalho efetuado pelos alunos e as atividades do grupo de Filosofia/LabCom IFP"). Os conteúdos programáticos almejados, nomeadamente o número de autores a estudar (17 nomes), são inexecutáveis no espaço de lecionação de um semestre. Não há coerência sistemática. A lista de autores a estudar é a mesma do "Seminário de Filosofia Política I".

Em reunião e consulta com os docentes, a direção de curso deverá proceder a rectificações regulares dos programas das unidades curriculares de modo a tornar os conteúdos mais exequíveis no tempo, mais coerentes do ponto de vista sistemático e não apenas na cronologia dos autores, menos generalistas e mais especializados em temas e autores mais bem definidos.

Igualmente, deverá, atempadamente, corrigir as fichas das unidades curriculares no sentido de as tornar instrumentos descritivos fidedignos das escolhas programáticas dos professores, quanto a autores e temas, e às estratégias pedagógicas. As unidades curriculares de "Seminário de Filosofia Política I" e "Seminário de Filosofia Política II" devem ser bem diferenciadas nos seus programas evitando-se, igualmente, qualquer sobreposição na leccionação, de modo a justificar os créditos distintos que lhes são atribuídos.

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

Em resposta ao relatório preliminar de avaliação do curso de doutoramento em Filosofia da Universidade da Beira Interior apresentado pela CAE a esta Universidade e à Comissão Científica do curso, no dia 27 de Março de 2023, entenderam os responsáveis pela instituição avaliada produzir uma Pronúncia.

Do texto da pronúncia, constam quatro observações e dois pedidos concretos de alterações às condições fixadas pela CAE para o funcionamento nos próximos anos.

1. Sobre as observações

A respeito das observações saúda-se, na alínea 2, a informação de que há elevada probabilidade da apresentação a provas públicas, proximamente, de mais três teses além das seis já defendidas em 2022 e 2023.

Relativamente à observação da alínea 3, recorda-se que o curso de doutoramento tem de atrair um público tendencialmente externo à instituição, não sendo desejável que dependa substancialmente de mecanismos de migração interna de alunos entre ciclos de estudos. As alegações desta alínea são, por isso, do ponto de vista da estratégia da instituição, muito pouco animadoras quanto ao empenho na captação de públicos externos neste 3º ciclo em particular.

Não houve, por parte da CAE, um excesso na consideração abstrata de aspetos quantitativos na avaliação do curso. É dever da CAE avaliar a eficácia formativa dos cursos, dentro dos limites temporais dos ciclos de avaliação e a partir dos dados quantitativos e qualitativos disponibilizados pela instituição.

2. Sobre pedido de alteração das condições

Sobre os dois pedidos de alteração das condições, considera-se pertinente acrescentar, ao que já é ponderado com clareza no relatório, os comentários seguintes.

1. O que o relatório da CAE propõe é uma média de três teses apresentadas por ano. Nada indica que tenham de ser forçosamente três em cada um dos três anos em funcionamento no próximo ciclo de avaliação. Por conseguinte, há na escrita do relatório muito cuidado no enunciado desta condição e flexibilidade. Por outro lado, se tomarmos em consideração o que diz a observação 2 da "Pronúncia" e o mapa anexo, para efeitos de previsão do que possa ocorrer, são os próprios dirigentes que afirmam que estão prestes a reunir as nove teses desejáveis (6 defendidas já e mais 3 a apresentar proximamente, "em fase de conclusão") no período entre 2022 e 2023, ou seja, em dois anos. No ano de 2022 foram defendidas, pelo que se sabe agora do mapa anexo, relativamente a um arco temporal que não era objeto de avaliação da presente CAE, quatro teses, entre Janeiro e Novembro. No ano de 2023, foram defendidas mais duas teses, entre Fevereiro e Março. Se, entretanto, forem entregues as outras três teses, mencionadas, reúne-se apenas em dois anos o número exigido pela CAE para os três anos. Não se compreende, por isso, o pedido de alteração das condições alegando dificuldade de

cumprimento das metas.

2. No relatório da CAE, o número de seis inscritos em primeira matrícula é também uma exigência de um número médio para os três anos e não deve entender-se de forma rígida. Não é um contingente excessivo e corresponde ao que se considera desejável para poder trabalhar em regime de seminários avançados. Tendo isto em conta, não se compreende o alcance das quatro subalíneas de argumentos apresentadas na alínea 2 do “pedido de alteração das condições”. Alguns destes argumentos não têm relação directa com esta condição particular, como é o caso com as subalíneas 2, 3 e 4, contendo constatações gerais. Quanto à subalínea 1, repete-se o que já se disse anteriormente acerca da necessidade de o curso de doutoramento não ficar completamente dependente da procura interna proveniente de estudantes do 1º e 2º ciclos. Esta é uma má estratégia que pode contribuir para negligenciar a captação de públicos de fora da instituição.

Pelo exposto, não se considera necessário rever as condições exigidas no relatório preliminar para o funcionamento deste ciclo de estudos na Universidade da Beira Interior.

11.2. Observações

N/A

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

O curso de doutoramento em Filosofia da Universidade da Beira Interior vai ao encontro das necessidades de formação avançada nesta área científica no nosso país. O actual corpo docente é adequado em número e nível de formação às características e objectivos da leccionação neste ciclo de estudos. Os docentes são periodicamente avaliados segundo o sistema em vigor de avaliação de desempenho docente e o curso obedece às regras de monitorização da qualidade da Universidade. Existe uma direcção de curso com responsáveis identificados.

Indo ao encontro das solicitações da anterior CAE, o actual enquadramento curricular, datado de Dezembro de 2017, foi redefinido no sentido de oferecer, em três anos, 6 semestres, um núcleo de unidades curriculares especializadas, "Filosofia Política" e "Fenomenologia e Ética", e outras, como "Metodologias de Investigação e Projecto" e "Projecto de Tese", mais vocacionadas para a aquisição de competências relacionadas com a pesquisa, normas de escrita científica e redação da tese. Além destas, há ainda a unidade curricular "Tese de Doutoramento", que se desenvolve desde o 2º ano até ao 3º. Com a defesa oral da tese, perfazem-se 180 ECTS e o aluno obtém o grau de Doutor.

No entanto, como foi referido no início, a natureza do curso e a dificuldade, reconhecida pelo próprio relatório, de os estudantes o concluírem na duração prevista justificaria ponderar que esta fosse alargada para 8 semestres.

As unidades curriculares nucleares obedecem a especializações e orientação filosóficas bem conhecidas. Deve, no entanto, desenvolver-se um esforço no sentido de dar mais coerência sistemática aos temas e autores a tratar e atualizar as bibliografias, para o que deve regularmente corrigir-se as fichas das unidades curriculares. A separação clara entre as várias unidades curriculares, nomeadamente dos Seminários de Filosofia Política I e II, deve ser garantida, assim como que os estudantes só concluem a parte escolar do curso com a frequência integral de ambos, bem como das demais unidades curriculares, como previsto no respectivo plano de estudos.

A Universidade da Beira Interior acolhe uma unidade de investigação de estudos filosóficos, PRAXIS, classificada com BOM na última avaliação da FCT, cujos membros integram também o corpo docente deste ciclo de estudos. A dinâmica e iniciativas de investigação deste centro são naturalmente benéficas para os estudantes de doutoramento que, desejavelmente, devem ser organicamente envolvidos na sua atividade.

A procura estudantil é baixa e não tem evoluído favoravelmente nos últimos anos. Para esta situação podem ter contribuído fatores externos à direção do curso, de difícil superação, como por exemplo os constrangimentos decorrentes da situação pandémica. Para fazer face aos desafios da captação de público é necessário desenhar estratégias de publicitação mais consistentes e dirigidas para um público diversificado e de fora do país. Tais estratégias podem ter impacto na atual modalidade de leccionação, que é de tipo presencial. Os responsáveis pela direção do curso têm de compreender a urgência de uma resposta cabal à baixa procura e ao número igualmente muito baixo de teses apresentadas e defendidas publicamente. Isto significa que terão de ser desenvolvidos esforços no sentido de repensar globalmente a oferta nos seus diferentes componentes, desde os aspectos temáticos, à língua e às modalidades de leccionação, presencial, "e-learning" ou "blended-learning". Por outro lado, a posição geográfica de Covilhã recomendaria o estabelecimento de parcerias com universidades espanholas como a Universidade de León, de Valladolid e de Salamanca, de maneira a poderem criar uma espécie de cluster regional europeu com programa de mobilidade próprio de docentes e estudantes. Um igual foco na erradicação do abandono escolar tem de ser outra prioridade e, como referido, fórmulas específicas de acompanhamento de estudantes sem formação anterior na área da filosofia deveriam ser previstas. Continuando a verificar-se a atual tendência da procura, poderá vir a ser difícil justificar a oferta deste ciclo de estudos na UBI, sobretudo tendo em consideração o investimento público nele envolvido.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

3

12.4. Condições:

O ciclo de estudos deve ter uma procura adequada ao investimento que nele é feito em termos de recursos humanos, especialmente docentes.

O período de acreditação condicional de 3 anos servirá para observar a evolução anual da procura e as medidas que vão ser internamente implementadas no sentido de adaptar as características do curso ao fomento dessa procura, sendo que um número médio de estudantes igual ou superior a 6 regularmente inscritos em primeira matrícula deve ser considerado desejável.

Por outro lado, no mesmo período, observar-se-á a evolução quanto ao número de teses concluídas e defendidas. Considerando a composição quantitativa do atual corpo docente e a disponibilidade potencial para orientar teses, um número médio de 3 teses por ano concluídas deve ser considerado desejável.